

---

# Organizações e diversidade: uma análise do tratamento dado aos alunos portadores de deficiência em instituições federais de ensino superior

## Organizations and diversity: an analysis of treatment given to students with disabilities in federal institutions of higher education

THIAGO DE SOUSA BARROS\*  
ALANA DEUSILAN SESTER PEREIRA\*\*  
HÉLIDA MARA GOMES NORATO\*\*\*  
ISABELA CARVALHO DE MORAIS\*\*\*\*

### RESUMO

Esta pesquisa trata da diversidade nas organizações e as perspectivas dos portadores de deficiência em instituições de ensino superior, apresenta breve revisão das diretrizes, práticas e políticas educacionais brasileiras, principalmente aquelas voltadas para a esfera do ensino superior, além de discutir os dispositivos legais e normativos formulados por universidades federais no estado de Minas Gerais para incluir e integrar estudantes matriculados em cursos dessas instituições. Destarte, para alcançar esses objetivos principais foram realizadas pesquisas qualitativas, abrangendo entrevistas semiestruturadas (alunos e ex-alunos portadores de deficiência de instituições de ensino superior, bem como profissionais responsáveis por essa área nas instituições), questionários estruturados (aplicados para discentes, docentes e técnicos administrativos, utilizando uma amostra de aproximadamente 120 indivíduos) e análise documental (que permitiu

---

\* Universidade Federal de Ouro Preto.

\*\* Universidade Federal de Ouro Preto.

\*\*\* Universidade Federal de Ouro Preto.

\*\*\*\* Universidade Federal de Ouro Preto.

reunir as principais normas e leis existentes no âmbito dessas instituições). Os resultados indicam disparidades e divergências no que tange aos aspectos normativos e às ações executadas por parte das instituições de ensino superior, uma vez que essas, apesar de estarem avançadas quanto aos processos de inserção de portadores de deficiência, ainda devem prosseguir em várias frentes e aperfeiçoar questões de ordem arquitetônica e atendimento desses alunos com deficiência, principalmente com relação à efetiva integração deles nos ambientes das instituições de ensino superior.

**Palavras-chave:** Deficiência física. Diversidade. Universidade.

### **ABSTRACT**

This research deals with the diversity in organizations and perspectives of persons with disabilities in higher education institutions, presents a brief review of the guidelines, practices and Brazilian educational policies, especially those aimed at higher education level, and to discuss the legal provisions and regulations formulated by federal universities in Minas Gerais to include and integrate students enrolled in courses such institutions. Thus, to achieve these key objectives, qualitative surveys were conducted covering semi-structured interviews (students and former students with disabilities in higher education institutions and professionals responsible for this matter in the institutions) and structured questionnaires (applied for students, teachers and administrative staff), using a sample of approximately 120 individuals and documentary analysis (which brought together the main rules and existing laws within these institutions). The results indicate disparities and differences regarding the regulatory aspects and the actions taken by the higher education institutions, since these, although they are advanced as to the processes of inclusion of people with disabilities, should still advance on several fronts and improve issues of architectural order and care of these disabled students, especially regarding the effective integration of such students in environments of higher education institutions.

**Keywords:** Disability. Diversity. University.

## 1. INTRODUÇÃO

Uma organização é composta por indivíduos que contém certas características singulares e individuais, devendo esta diversidade ser utilizada no sentido de contribuir para a boa convivência entre os sujeitos do grupo e enriquecer o ambiente como um todo. A universidade, enquanto local de ampla discussão, formação e reprodução de conhecimento, não está à parte dessa realidade e deve preocupar-se com as questões de ordem social, principalmente em relação aos alunos portadores de deficiência.

Apesar de na esfera internacional o tema diversidade ser discutido com afinco após a Segunda Guerra Mundial, no Brasil esta matéria de notório relevo passa a ganhar maior atenção após a década de 1990, uma vez que o Estado se volta para o contexto de inserção e integração daqueles estudantes que portam algum tipo de deficiência e legisla para este fim, criando dispositivos legais para cumprir que estes sujeitos possam ter acesso à educação como os demais, apesar de suas necessidades educacionais especiais. (ALCOBA, 2008). A preocupação das instituições de ensino superior no país com a inclusão das pessoas com deficiência, tanto na universidade como na sociedade, é relativamente recente e enfrenta dificuldades de implantação devido a questões culturais, à falta de experiência e à mão de obra despreparada nas instituições de ensino superior.

Revisitando a literatura acerca desta temática central, considerando as afirmações de Jannuzzi (1989), Mazzotta (2003a, 2003b) e Aranha (2004) notam-se divergências substanciais entre as normas, políticas e ações que órgãos governamentais, empresas públicas e privadas, escolas e universidades pregam, bem como a efetiva situação desses portadores de deficiência. Em face disso, esta pesquisa tenciona analisar quais práticas existentes em instituições de ensino superior no estado de Minas Gerais visam promover melhor integração desses indivíduos no contexto da universidade e quais as discrepâncias e disparidades existentes entre o sistema normativo dessas instituições e a realidade observada.

Dada a amplitude do tema, esta pesquisa tem por objetivo identificar as práticas que as instituições de ensino superior, objeto desta investigação, dispõem acerca dessa eminente matéria e retratar a realidade dos portadores de deficiência, seja ela física, sensorial

(visual ou auditiva), múltipla ou de outra origem nessas unidades. Diversas pesquisas buscam entender como ocorre a inclusão da pessoa com deficiência na educação superior como, por exemplo, Cruz (2012), Carvalho-Freitas (2007), Simionato (2006), Santos (2012), Duarte (2009), Albino (2010), Haiduke (2006), Borges (2011), Amaral (2008), Cechinel (2005), Nogueira (2010), Perini (2005), Ansay (2009), Balbino (2010), dentre outros. Todavia, de acordo com Brito e Zeppone (2013), autores que investigaram a produção científica no Brasil sobre o aluno com deficiência no ensino superior concluíram que grande parte dos estudos tem como temática o processo de inclusão das pessoas com deficiência, o atendimento e ingresso dessas pessoas, o acesso e permanência delas nas instituições de ensino e temas relativos ao sucesso escolar e relacionamento.

Nesse sentido, a partir da análise das contribuições teóricas já desenvolvidas e das experiências de dois casos, este trabalho busca contribuir com a literatura ao apresentar outras práticas e normatizações que são adotadas por universidades. Para tanto, a pesquisa foi realizada junto a duas universidades federais brasileiras situadas no estado de Minas Gerais e tem a finalidade de conhecer as ações por elas desenvolvidas referentes aos alunos com deficiência e as percepções de outros alunos, de professores, servidores e ex-alunos portadores de deficiência.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 *Concepções de deficiência*

A deficiência pode ser definida como alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento das funções física, auditiva ou visual. (CARVALHO-FREITAS, 2009). Nessa perspectiva, segundo a autora, considerando contingências históricas, sociais e espaciais essa alteração poderá resultar em perda da autonomia, trazer problemas de discriminação social e dificultar a inserção social das pessoas com deficiência.

Para Oliveira (2006), os arquétipos constituídos socialmente sobre a deficiência em cada contexto ganham peculiaridades do modo de organização histórico-cultural no qual se encontram. Nesse

sentido, segundo Carvalho-Freitas (2007, p. 35-36), as concepções de deficiência são consideradas como “formas de interpretação da deficiência predominantes ao longo do tempo, que se caracterizam como matrizes interpretativas que moldaram e legitimaram a distinção das pessoas com deficiência, tanto na sociedade quanto no trabalho”. Para isso, segundo a autora, as matrizes interpretativas são modalidades organizadas de pensamento que reconhecem e qualificam necessidades e admitem formas de satisfazê-las, em função de seus fins.

Para a construção das matrizes interpretativas, nos diversos períodos históricos foram considerados estudos que fizessem menção às pessoas com deficiência. Como resultado, foram verificadas as invariantes ou padrões de comportamento predominantes em relação às pessoas com deficiência em cada período (CARVALHO-FREITAS, 2007), como apresentado no Quadro 1.

Com isso, Lancillotti (2003, p. 47) afirma ainda que: “[...], a noção de deficiência vem se modificando historicamente, à medida que as condições sociais são alteradas pela própria ação do homem, gerando novas necessidades na sua relação com o meio social”.

## ***2.2 Diversidade nas organizações: as perspectivas dos portadores de deficiência***

As relações nas mais variadas esferas de contextos organizacionais envolvem indivíduos com características e particularidades das mais diversas. A gestão das relações nos ambientes organizacionais constitui aspecto de considerável importância para a manutenção e o desenvolvimento das organizações. Diante da diversidade inerente aos indivíduos que compõem e se relacionam com as organizações, essas observam a necessidade de desenvolver estratégias e planejamentos capazes de contemplar de alguma forma a questão da desigualdade.

Para Irigaray e Freitas (2011), é possível observar ambivalência no que concerne às práticas e planejamentos que tratam de questões relacionadas à diversidade nas organizações. A ambiguidade mencionada pelos autores avalia de modo particular a efetividade no que tange à real possibilidade de integração de indivíduos que apresentam características diferentes em certos grupos aparen-

Quadro 1: Principais concepções de deficiência

<b>Matriz de interpretação predominante</b>	<b>Ação social decorrente</b>	<b>Possibilidades de inserção da pessoa com deficiência</b>
Subsistência/sobrevivência	Ações de exclusão ou inclusão social da PPD, com vistas a propiciar a <i>manutenção da sociedade</i>	Integração mediante comprovação de contribuição social efetiva, através do trabalho.
Sociedade ideal e função instrumental da pessoa	Exclusão social	Ausência de possibilidade de integração.
Espiritual	Segregação/caridade	Segregação em instituições de caridade separadas da sociedade <i>ou</i> exposição pública sujeita à compaixão. O sentimento de caridade é fator determinante nesta matriz.
Normalidade	Segregação/integração	Segregação em instituições hospitalares, psiquiátricas e em áreas de trabalho específicas <i>ou</i> inserção da pessoa com deficiência mediante sua “retificação” e adequação social.
Inclusão social	Inclusão das pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais	Inclusão das pessoas com deficiência a partir das modificações dos espaços sociais visando ser acessível a todos.
Técnica	Gestão da diversidade como recurso a ser administrado nas organizações de trabalho	Inclusão no trabalho das pessoas com deficiência e gestão do trabalho dessas pessoas como um recurso dentro das organizações.

Fonte: Carvalho-Freitas (2007, p.60).

temente homogêneos. A questão da homogeneidade de grupos em organizações ou heterogeneidade é discutida no trabalho de Caulkins e Hyatt (1999) que analisa os vários tipos de domínios que podem existir em organizações e envolvem a perspectiva de grupos por meio dos variados graus de diversidade encontrados nos domínios existentes. Segundo os autores, em organizações é possível observar domínios que envolvem quatro principais esferas: concordância alta entre os membros do grupo, concordância baixa, ambientes turbulentos ou que envolvem subculturas. De tal modo que a gestão da diversidade envolve a complexa tarefa de extrair o que há de melhor da convivência entre os mais variados grupos e indivíduos que compõem uma organização.

De acordo com o BNDES (2000), respeitar a pluralidade e preservar a diversidade nas organizações é fundamental para qualquer organização ante os desafios postos atualmente:

A noção contemporânea de diversidade como um valor nas relações humanas é resultado da busca de oportunidades iguais e de respeito à dignidade de todas as pessoas. Assim, a diversidade representa um princípio básico de cidadania, que visa assegurar a cada um condições de pleno desenvolvimento de seus talentos e potencialidades. Ao mesmo tempo, a prática da diversidade representa a efetivação do direito à diferença, criando condições e ambientes em que as pessoas possam agir em conformidade com seus valores individuais. (BNDES, 2000, p.11).

O pensamento aristotélico, exposto em obra datada de 350 a.C., segundo o qual “devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade” (ARISTÓTELES, 2006, p. 109), não é mera definição filosófica, mas uma importante consideração acerca de como a sociedade de uma forma geral deve tratar de maneira diferente para promover a igualdade aquelas pessoas com necessidades especiais e singulares, permitindo-as ter igual acesso e oportunidades. Para Alves e Galeão-Silva (2004), no universo das organizações brasileiras não é viável a adoção efetiva de programas para a gestão da diversidade sem que haja antes uma ambientação capaz de permitir o reconhecimento real dos grupos

discriminados. Um exemplo de indivíduos que de alguma forma apresentam características diferentes de determinados grupos, supostamente homogêneos, nas organizações são os portadores de deficiência. É possível observar em variados ambientes organizacionais (órgãos públicos, escolas, empresas privadas, dentre outras) a ambivalência que envolve questões relacionadas à integração desses sujeitos. Por isso, a integração dos portadores de deficiência nas mais variadas esferas organizacionais em certos casos envolve questões de domínio público e governamental.

Cumprido ressaltar nesse contexto que a diferenciação dos portadores de deficiência nas organizações envolve categorizações como a apresentada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), por meio da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), que define deficiência como “problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, como um desvio significativo ou uma perda”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2003, p. 21).

Para Shore *et al.* (2009), pesquisas relacionadas à diversidade sobre o aspecto dos portadores de deficiência abrangem perspectivas clínicas, morais e sociais. As principais contribuições envolvem teorias da psicologia social aplicadas não no sentido de destacar aspectos positivos ou negativos, mas, sim, com propósito de propor consciência diversa na forma como os indivíduos se relacionam nos ambientes organizacionais em consideração aos portadores de deficiência.

Destarte, partindo da premissa essencial suscitada por Omote (1996, p. 154) de que “a inclusão é um princípio ideológico em defesa da igualdade de direitos e do acesso às oportunidades para todos os cidadãos”, é possível considerar uma necessidade educacional especial às situações que requeiram atenção diferenciada e intervenção, seja ela de natureza biológica, psicológica, intelectual ou social. Thomas e Plaut (2008) defendem que educadores representam um grupo de destaque no que tange às discussões e análises relacionadas à diversidade e às barreiras para inclusão. O diferencial de tais discussões contempla o ambiente e os sujeitos envolvidos nesse processo, que geralmente ocorre em primeira instância dentro das salas de aulas.

Ainda complementando, Magalhães *et al.* (2008) acrescentam que é necessário considerar o estigma social que afasta as pessoas

com deficiência dos espaços populares. Para tanto, os autores definem tal estigma como “a concepção social sobre atributos diferentes em relação ao que é considerado padrão, como uma marca que determina alguns sujeitos como inferiores aos demais. É o modo como a sociedade vê, concebe e lida com a diferença”. (MAGALHÃES et al., 2008, p. 2-3).

### ***2.3 A inclusão educacional no Brasil e seus reflexos no ensino superior***

Na perspectiva global, nota-se que a inclusão social das pessoas com deficiência tomou vulto e robustez somente após a Segunda Guerra Mundial, oportunidade em que os países atentaram para essa temática como forma de dirimir e evitar novas atrocidades como aquela que havia recentemente cessado – numa momento que coadunou com uma nova concepção de direitos individuais e, na esteira desse advento contemporâneo, consolidou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, formulada no âmbito da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, em 1948. (ALCOBA, 2008).

Nesse cenário, os direitos humanos passaram a ser vistos como unidade universal, interdependente, indivisível e inter-relacionada do interesse de todas as nações. Dessa feita, cada pessoa – sendo vista como um indivíduo de direitos – deveria ter, doravante, os seus direitos humanos protegidos e assegurados também na perspectiva internacional, admitindo-se, portanto, a possibilidade de intervenções supranacionais, em um país, nesta matéria de relevo. (TRINDADE, 1998).

O Brasil acompanhou esse movimento internacional, mas no que tange ao atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que tal prerrogativa foi atendida, tendo esses cidadãos acesso a tal regime especializado na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988). *A posteriori*, conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, a educação especial passa a ser concebida como modalidade de educação escolar. (BRASIL, 1996a).

Isso posto, nota-se que a partir da década de 1990 o mundo debruça-se sobre este assunto ribombante e, simultaneamente às

alterações legais realizadas no Brasil, ocorrem conferências na esfera internacional a fim de discutir a educação de indivíduos com necessidades educacionais especiais, tais como: i) a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que contou com representantes de mais de 150 países e ocorreu no ano de 1990, em Jomtien, na Tailândia (BRASIL, 1990); b) a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, com representação de 92 países e 25 organizações internacionais, realizada em junho de 1994 em Salamanca, na Espanha (BRASIL, 1994a); c) e a 48ª Conferência Internacional sobre Educação da UNESCO, que reuniu ministros da educação, chefes de delegação e delegados dos 153 Estados-membros, bem como representantes de 20 organizações intergovernamentais, 25 ONGs, fundações e outras instituições da sociedade civil, em 2008, na cidade de Genebra, na Suíça. (MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011).

No panorama nacional, a primeira iniciativa que rumou nesse sentido e teve como gênese o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP), observando as questões dos alunos do ensino superior portadores de deficiência foi a Portaria nº 1.793/94, que recomendava a inserção da disciplina “Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais”, de forma prioritária nos cursos de Pedagogia, Psicologia e demais licenciaturas. (BRASIL, 1994b). Como bem ponderou Chacon (2001), tal proposição causou impacto ínfimo nas grades curriculares dos cursos de Pedagogia e Psicologia, uma vez que dos 58 desenhos curriculares estudados, apenas 13 realizaram modificações.

Mais adiante, por meio do Aviso Circular nº 277 MEC/GM, datado de 1996, foi determinado às Instituições de Ensino Superior (IES) que estas deveriam criar condições de acesso aos candidatos portadores de deficiência, adaptando aspectos que vão desde o vestibular para ingressar na universidade, perpassando por questões como infraestrutura e capacitação de recursos humanos até chegar a aspectos relacionados à permanência desses alunos ao longo do curso. O Aviso Circular retro mencionado propugnava que:

A execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais possibilita que venham a alcançar

níveis cada vez mais elevados do seu desenvolvimento acadêmico. É importante, por isto, registrar o esforço que as Instituições de Ensino Superior – IES empreendem no sentido de adequar-se, estruturalmente, para criar condições próprias, de forma a possibilitar o acesso desses alunos ao 3º grau. Os levantamentos estatísticos no Brasil não têm contemplado o atendimento educacional aos portadores de deficiência, dificultando, assim, a exposição de dados sobre o número de alunos que concluem o 2º grau e o número daqueles que ingressaram no ensino superior. É, no entanto, elevado o número de solicitações – tanto dos pais, dos alunos portadores de deficiência, quanto das próprias instituições de ensino superior – no sentido de que seja viabilizado o acesso desses candidatos ao 3º grau, razão pela qual o tema acesso e permanência do educando portador de deficiência na instituição de ensino superior está sendo objeto de estudos pela maioria das IES. (BRASIL, 1996b, p.1).

Esse processo teve continuidade e, já no ano de 1999, foi constituída a Portaria n.º 1.679/99 que dispôs acerca dos requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiências nas universidades, sendo esses critérios primordiais nos procedimentos de autorização e reconhecimento de cursos, além do credenciamento de instituições. (ALCOBA, 2008). Naquele mesmo ano foi votado e aprovado o Decreto n.º 3.298/99, que preconiza, em seu artigo 1º, que “a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência”. (BRASIL, 1999b, p.1). Ademais, este decreto determinou que as IES deveriam realizar adaptações em provas para alunos com deficiência, além de apoiá-los ante suas necessidades e conceder, por exemplo, práticas como tempo extra para a conclusão de provas, respeitando as características singulares da deficiência de cada indivíduo.

De acordo com Moreira, Bolsanello e Seger (2011), outros eventos se sucederam e reforçaram a importância de tais políticas educacionais especiais:

Em 2005, é lançado o Incluir (Programa de Acessibilidade na Educação Superior), pelo Ministério da Educação, e está em vigência até a presente data. Nos dois primeiros anos (2005 e 2006) este programa objetivava principalmente criar possibilidades para que as IFES organizassem propostas de ações voltadas ao acesso ao ensino superior. Já a partir de 2007, passou a integrar as ações propostas pelo PDE e incentivar a criação e/ou fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade nas IES. Vale destacar que também em 2005, o Decreto Federal 5.626/05 instituiu um novo cenário político com relação ao reconhecimento da diferença linguística dos surdos. Para tanto, insere a disciplina de Libras como obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia. De igual forma, constituiu a disciplina de Libras como optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional. Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, evidencia que a transversalidade da educação especial no ensino superior deve ocorrer por meio de ações que desencadeiem o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Para tal, o planejamento e a organização de recursos e serviços para a viabilização da acessibilidade arquitetônica, das comunicações, dos sistemas de informação, dos materiais didáticos e pedagógicos devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011, p.130).

Evidencia-se, em face da evolução histórica, principalmente no tocante às alterações normativas e legais, que a educação em ensino superior para portadores de deficiência é um tema de assaz relevância e motriz de diversos debates na esfera internacional e brasileira. Dadas as diversas nuances e matizes que abarcam essa matéria, esta pesquisa objetiva analisar por ângulos distintos como universidade (por meio de seus departamentos responsáveis), docentes e alunos (portadores de deficiência ou não) tratam e convivem com esse assunto, bem como quais práticas têm sido desenvolvidas pelas universidades para lidar com essa importante diversidade e quais os resultados observados.

## ***2.4 Legislações referentes ao portador de deficiência***

É a partir da década de 1990 que, impulsionadas pelos movimentos sociais e pelas declarações universais, se iniciam as

modificações na legislação para a educação de pessoas com deficiência no ensino superior, conforme apresentado no Quadro 2. Para atender esses educandos, a legislação estabelece que as IFES tomem as providências para efetivar as adaptações necessárias no sentido de garantir o acesso, a permanência e a conclusão de seus cursos.

*Quadro 2: Legislações referentes ao portador de deficiência*

Leis	LEI Nº 8.859 DE 23 DE MARÇO DE 1994	Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio.
	LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. (BRASIL, 2004).
	LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. (BRASIL, 2005).
Resoluções	RESOLUÇÃO Nº 2 DE 11 DE SETEMBRO DE 2001	CNE/CP – Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. (BRASIL, 2001).
	RESOLUÇÃO CEPE Nº 2.737 DE 6 DE JUNHO DE 2005	Aprova o mérito do Anteprojeto de Implantação do Núcleo de Educação Inclusiva (NEI).
Decretos	DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999	Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. (BRASIL, 1999a).
	DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001	(Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Portarias	PORTARIA Nº 1.793, DE DEZEMBRO DE 1994	Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências. (BRASIL, 1994b).
	PORTARIA Nº 319, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1999	Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP, a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente.
	PORTARIA Nº 554 DE 26 DE ABRIL DE 2000	Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille.
	PORTARIA Nº 3.284, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2003	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
Aviso Circular	AVISO CIRCULAR Nº 277/MEC/GM, DE 08 DE MAIO DE 1996	Dirigido aos reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais

Fonte: Adaptado de Núcleo de Educação Inclusiva, 2015.

Diante das disposições legais acima mencionadas, o Estado assume seu papel de dar as diretrizes para a implementação de políticas públicas de educação inclusiva no ensino universitário com um papel regulador, difusor das normas e fiscalizador. Cabe à universidade criar mecanismos internos para cumprir a legislação específica, formando quadros competentes para diminuir as desigualdades de oportunidades no acesso das pessoas com deficiência a esse nível de ensino.

### 3. METODOLOGIA

Esta pesquisa, para os dois casos estudados, utilizou-se de abordagem qualitativa observando o contexto dos fenômenos sociais relacionados à questão de pesquisa. (EISENHARDT, 1989). Tal abordagem se apresenta como uma forma de investigação que per-

mite conhecer a pluralidade do universo das instituições de ensino superior, espaços educacionais e sociais capazes de criar e replicar conhecimentos, valores e significados. Para atingir ao propósito, o trabalho possui caráter descritivo. Esse tipo de investigação pretende, portanto, descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. (TRIVIÑOS, 1987). O estudo foi conduzido junto aos membros envolvidos diretamente nesse contexto, com o intuito de captar as diversas facetas da questão central e buscar compreender quais as distintas percepções acerca das práticas de inclusão e integração das pessoas com deficiência.

Assim, procurou-se contemplar neste estudo os agentes plurais envolvidos na questão: alunos matriculados ou já formados que tinham alguma necessidade educacional especial por ser portador de deficiência, uma amostra representativa de docentes, discentes e servidores capazes de demonstrar como esses atores enxergam a realidade dos portadores de deficiência, além de profissionais que atuam em núcleos específicos nas instituições, criados para incluir, integrar e aumentar a acessibilidade desses universitários.

Especificamente, este estudo foi desenvolvido em duas instituições federais de ensino superior, chamadas neste artigo de: Universidade A (UA) e Universidade B (UB). A escolha dessas duas universidades é justificada pela existência de práticas voltadas para pessoas com deficiências. Quanto aos sujeitos de pesquisa, contabilizou-se aproximadamente 120 participantes, conforme apresentado no Quadro 3: i) 3 profissionais responsáveis por este assunto nas instituições; ii) 3 alunos matriculados que são portadores de deficiência, sendo 1 portador de deficiência visual e 2 de deficiência física; iii) 1 ex-aluno portador de deficiência visual; iv) 14 servidores técnicos administrativos; v) 67 alunos regularmente matriculados e vi) 34 docentes dessas instituições.

*Quadro 3: Sujeitos participantes da pesquisa*

Sujeitos da pesquisa	Quantidade
Docentes	34
Discentes	67
Técnicos Administrativos	14
Discentes portadores de deficiência	04

**Fonte:** Elaborado pelos autores com dados da pesquisa, 2015.

Adiante, foram empregadas as seguintes técnicas de coleta de dados: i) entrevistas semiestruturadas com os 3 profissionais responsáveis por este assunto nas instituições e com os alunos e ex-aluno portadores de deficiência; ii) aplicação de um questionário estruturado junto a 67 alunos regularmente matriculados, 34 docentes das 3 instituições de ensino superior objetos desta pesquisa e 14 técnicos administrativos; e iii) pesquisa documental, dado que diversas informações legais e normativas foram obtidas por meio dessa técnica metodológica.

Dessa feita, serão apresentados os resultados e a discussão acerca dos dados obtidos, uma vez que as respostas dos questionários foram tabuladas, permitindo uma análise via estatísticas descritivas. As entrevistas foram transcritas, codificadas, categorizadas e examinadas pela ótica da análise de conteúdo (BARDIN, 2004; BODGAN e BIKLEN, 2003; MINAYO, 1992), para a qual foram utilizadas as categorias: obstáculos, relacionamento, comportamento, envolvimento, políticas públicas e expectativa.

#### **4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS**

Os resultados alcançados neste estudo são fundamentais para compreender o processo de inclusão dos portadores de deficiência nas instituições de ensino superior e as vivências desses indivíduos em tal contexto. Tais resultados refletem também como as ações e políticas inclusivas dessas instituições auxiliam esses sujeitos com necessidades educacionais especiais e como o meio acadêmico (professores e outros alunos) convive com eles. Insta ressaltar que nos resultados aqui analisados a identidade dos respondentes e entrevistados ficará preservada e, para mitigar problemas relacionados à confidencialidade dos dados, nomes fictícios serão atribuídos a estes sujeitos.

##### ***4.1 Práticas inclusivas de acesso e políticas de permanência ao aluno portador de deficiências nas universidades: um passeio pelas ações institucionais***

###### ***4.1.1 Cenário das universidades sobre a temática deficiência***

No âmbito da Universidade A (UA) o levantamento realizado pelo núcleo de educação inclusiva (NEI) mostra que no segundo

semestre do ano de 2014 havia 64 alunos de graduação e 2 de pós-graduação com alguma deficiência regularmente matriculados. Esses dados foram tabulados a partir da declaração realizada pelo estudante com deficiência ou necessidade específica no portal da instituição. Ainda, este núcleo tem ciência de que apenas um técnico e uma professora são portadores de deficiência. Segundo o núcleo, os principais tipos de necessidades existentes são: baixa visão, cegueira, deficiência auditiva, surdez e autismo. Na UA não há aluno com deficiência múltipla e a deficiência encontrada em maior número de alunos é a visual.

No contexto da Universidade B (UB) são 33 alunos no ensino básico e fundamental, 297 na graduação e pós-graduação e 74 servidores. Entre os alunos é possível destacar a existência das seguintes deficiências: visual (37,7%), física (20,5%), auditiva (19,5%), intelectual (17,2%), múltipla (5,1%). Entre os servidores, a deficiência é assim constatada: física (35,1%), não classificada (33,8%), visual (17,6%), auditiva (13,5%). Sendo que, também, a deficiência com maior número de alunos é a visual.

No que tange aos principais obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência na UA, cabe ressaltar, ainda de acordo com o núcleo de educação inclusiva (NEI), que a principal barreira encontrada pelos alunos é a arquitetônica. Alunos com deficiência física e visual têm dificuldades de locomoção, devido tanto à própria geografia da universidade, quanto à ausência da acessibilidade em alguns prédios. Tal fato foi confirmado também pelo ex-aluno, Pedro, entrevistado ao longo do trabalho, e pelos alunos matriculados Francisco e Lucas. Pedro ressaltou que seu principal obstáculo foi a locomoção, declarando que “as ruas da cidade dificultam muito a mobilidade de qualquer deficiente”. (Informação verbal) <sup>1</sup>. Francisco e Lucas enfatizaram os mesmos pontos. Na UB, não diferente, foi relatado que a principal barreira encontrada pelos alunos é também a arquitetônica. Alunos com deficiência física e visual têm dificuldades de locomoção, devido tanto à própria geografia da universidade, quanto à inacessibilidade em alguns prédios.

---

1 Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Ouro Preto, em 22/06/2015.

#### 4.1.2 Criação de unidades responsáveis pela acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nas universidades

Não obstante a realidade nacional, a UA também procurou debruçar-se sobre esta temática e criou um núcleo responsável por congrega e apoiar alunos e servidores da universidade que apresentam algum tipo de deficiência, denominado núcleo de educação inclusiva (NEI). Este núcleo dispõe de laboratórios de inclusão e acessibilidade nas unidades acadêmicas dos campi da UA e conta com profissionais e monitores para o desenvolvimento de suas atividades.

Por sua vez, a UB criou o núcleo de acessibilidade e inclusão (NAI) em 2015, que surgiu como proposta da universidade de oferecer ações e políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência(s), de maneira a eliminar ou reduzir as barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas, de comunicação e de acesso à informação no contexto universitário desta instituição. Complementando, segundo a entrevistada do NAI,

O objetivo é oferecer as condições necessárias para o ingresso, permanência e participação dessas pessoas nas atividades da UB. O NAI tem um papel catalisador das ações que a UB já adota em questão de acessibilidade, dando um apoio pedagógico e especializado em relação ao assunto. Ele pode ainda mudar a experiência universitária à medida que especializa o processo de inclusão. (Informação verbal).<sup>2</sup>

Neste vértice de análise, cumpre apregoar que o NEI desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo por objetivos centrais:

- Promover a educação inclusiva na UA;
- Oferecer apoio didático-pedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais e a seus professores;
- Prestar apoio psicológico aos alunos, servidores e professores da UA;
- Implantar medidas de acessibilidade nos campi da UA, de forma a permitir acesso do aluno deficiente nos vários espaços acadêmicos;

<sup>2</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte, em 25/06/2015.

- Acompanhar as políticas e as ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão do processo educativo de qualidade aos alunos com necessidades educacionais especiais;
- Estimular o debate, a pesquisa, o ensino e a extensão no âmbito da UA em torno das questões relacionadas à educação inclusiva;
- Fomentar a formação inicial e continuada de recursos humanos para atuar com a diversidade de alunos, especialmente com aqueles que apresentem dificuldades específicas definidas pelo Plano de Educação e as instituições de pesquisa;
- Centralizar e coordenar as ações e investimentos financeiros, humanos e materiais, visando à conformação de uma política institucional de inclusão;
- Promover o intercâmbio com instituições de ensino, ONGs e os setores público e privado, para a discussão de problemas referentes à educação inclusiva. (NEI, 2015).

Transcendendo tais objetivos nucleares, o NEI, ainda postula como ações futuras:

- Implantação de uma sala de recursos no Instituto de Filosofia, Artes e Cultura;
- Parceria com a fundação de apoio a projetos da universidade;
- Parceria com o Centro Federal Tecnológico de Educação da cidade. (NEI, 2015).

No que concerne à produção desses núcleos, é possível sublinhar os principais feitos a apresentados no Quadro 4:

Quadro 4: Ações realizadas pelos núcleos

IFES	AÇÕES
UA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de material informativo e de divulgação;</li> <li>- Produção de material em braile;</li> <li>- Produção de material em áudio;</li> <li>- Cartilha da ANTT impressa em braile.</li> </ul>
UB	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Caracterização da população com deficiência no âmbito da UB;</li> <li>- Compra de mesas adaptadas a cadeirantes para as unidades acadêmicas dos campi;</li> <li>- Preparação de manual informativo à comunidade universitária sobre tema;</li> <li>- Desenvolvimento de ações como plano de ensino individualizado, equipamentos, orientação docente, monitoria específica, material braile, ampliado etc.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa, 2015.

As práticas e planejamentos que tratam de questões relacionadas à integração de pessoas com deficiência no âmbito da UA e da UB envolvem a questão de ambiguidade discutida por Irigaray e Freitas (2011). Além disso, reforça o entendimento que as universidades se encontram na matriz de interpretação técnica que, segundo Carvalho-Freitas (2007), se enquadram as organizações que entendem que a gestão da diversidade é um recurso a ser administrado. Ainda, as principais legislações existentes nas universidades e suas finalidades essenciais, em alguns aspectos divergem das práticas. Essa divergência interfere de certo modo em comportamentos sociais e preconceitos imersos na dinâmica diária de relacionamentos na universidade. Tal situação pode ser explicada pelo que é colocado por Magalhães *et al.* (2008), uma vez que o que foge do padrão é tratado como inferior aos demais, gerando os preconceitos que acontecem no dia a dia da IES.

Contudo, no caso da UA, em consonância com a profissional responsável pelo núcleo de educação inclusiva, desde o início do NEI, criado em 2006, muitas conquistas foram alcançadas, sobretudo nas práticas de inclusão e acessibilidade. Professores e alunos estão mais envolvidos com a temática, visto que procuram o NEI para o apoio pedagógico necessário. Além disso, o NEI conquistou espaço físico na UA, uma vez que para desenvolver suas atividades possui

salas de recursos nas duas das maiores unidades acadêmicas da universidade, com parte dos equipamentos adquiridos com recursos do Projeto Incluir. Ainda estão previstas novas instalações também no Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC), onde o espaço e os recursos estarão disponíveis inclusive para a comunidade externa. Destaca-se também que a criação de salas de acessibilidade foi realizada em dois campi – todavia em um deles ainda não há sala de acessibilidade implantada, mas a tendência é a ampliação desses ambientes para esse campus, conforme demandas.

Na UB o NAI está em construção, funcionando há cinco meses, mas já está atende e acompanha alunos e servidores com deficiência. Em alguns casos específicos, os professores já receberam orientações sobre como lidar com esse público. O núcleo está disponível para orientar os alunos sempre que necessário.

Segundo a entrevistada do NEI, sempre que um novo aluno apresenta suas demandas a UA, por meio do NEI, se mobiliza para promover as adaptações necessárias. Tal fato foi confirmado pelos 3 alunos com deficiência entrevistados (Pedro, Francisco e Lucas), que apontam a UA como uma das universidades mais avançadas e solícitas para esse tipo de situação. Os argumentos tecidos pelos portadores de deficiência e pela própria representante do NEI, de que a UA ainda precisa aprimorar a acessibilidade física – que afeta a inclusão educacional e social desses alunos – estão em plena harmonia com os resultados alcançados pelas pesquisas conduzidas por Manzini et al. (2003) e Pagliuca (2007). Dessa forma, mesmo existindo boas condições de acessibilidade no restaurante universitário, na biblioteca e nos laboratórios, o que também foi enfatizado pelos 3 alunos, ainda há muito a fazer para melhorar as condições de acesso.

Não obstante, como adverte e preconiza Rodrigues (2004), é assaz importante ponderar que barreiras arquitetônicas não podem ser superadas somente com a construção de rampas e elevadores, mas com uma gama de medidas que devem ser preservadas e respeitadas, gerando uma nova filosofia de acolhimento, conforto e facilidades em todas as dependências dos edifícios. Porém, devido aos trâmites burocráticos a realização rápida de algumas ações é comprometida, como, por exemplo, a implantação imediata de tecnologia assistiva, visto a necessidade de licitação. Para minimizar

esses casos, por exemplo, é realizado um planejamento de compra de tecnologias que comumente são utilizadas pelos alunos. A entrevistada do NEI pondera o seguinte:

Busca-se, portanto, receber a pessoa com deficiência e atender da melhor forma possível aquilo que é necessário para que ela se inclua efetivamente na Universidade. Ainda há ações que precisam ser realizadas, sobretudo nas questões físicas da Universidade. Além disso, é necessário conscientizar e envolver a comunidade acadêmica para as questões de acessibilidade e inclusão, visto que ainda há alunos e professores que desconhecem o trabalho do NEI e os direitos das pessoas com deficiência. (Informação verbal).<sup>3</sup>

No que se refere à conscientização, um ponto ressaltado refere-se às orientações do NEI e do NAI às pessoas para lidarem com os companheiros que se encaixam nesse perfil. Os núcleos revelaram que existem momentos de discussão com a comunidade interna por meio de eventos promovidos com professores dessas e de outras instituições. Não há um projeto específico aos alunos, pois esses participam de forma ampla dos momentos de reflexão desenvolvidos pelos núcleos.

Todavia, quando perguntado aos professores e alunos se receberam orientação por parte de alguma unidade das intuições em que atuam para lidarem com alunos ou colegas portadores de deficiência, é possível perceber que não, uma vez que 85% dos professores da UB e 100% dos técnicos da UA e da UB disseram que nunca obtiveram nenhuma recomendação. Além disso, 57% dos técnicos da UB e 50% dos técnicos da UA desconhecem a existência desses núcleos nas universidades e acreditam que a instituição deve capacitar seus funcionários para que esses saibam lidar com esse perfil de público.

Adiante, cabe ressaltar as considerações colocadas pelo ex-aluno Pedro, da UA, sobre a necessidade de maior conscientização da comunidade quanto aos inúmeros aspectos relacionados à inclusão dos portadores de deficiência na sociedade. Ele declara que “saber lidar com este tipo de situação é uma questão de ter contato”, uma vez que “muita gente acha que pode ser cego, mas a pessoa também

<sup>3</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Ouro Preto em 22/06/2015.

é surda e incapaz fisicamente”. (Informação verbal).<sup>4</sup> Em suma, os alunos com deficiência entrevistados para este trabalho referiram-se, com relação a essa questão da compreensão e conscientização, mais aos técnicos administrativos da universidade. Ao falar sobre os professores e os alunos, eles declararam que todos mostraram-se dispostos a aprender a lidar com a deficiência deles. De acordo com Francisco, que possui dificuldades de locomoção, os alunos o tratam “com normalidade, o que é algo bom, sem deixar de ceder um melhor lugar para que caiba na mesa de forma mais tranquila eu e minha muleta”. (Informação verbal).<sup>5</sup>

Para ilustrar essa questão, vale reproduzir a argumentação erigida por Lucas no tocante à convivência com os alunos, que ele destaca como um dos aspectos que mais o surpreendeu ao longo de sua trajetória acadêmica na UA. Nas palavras dele:

Todos os alunos da UA sempre foram muito solícitos e quiseram sempre se aproximar de mim para conhecer melhor como é este tipo de situação. Sempre recebi muita ajuda e união aqui. Isso realmente não acontece dessa maneira em outras cidades. (Informação verbal).<sup>6</sup>

Adiante, quando os profissionais responsáveis nas instituições foram questionados sobre a visão dos núcleos (NEI e NAI) a respeito da atuação dos governos municipais nessa temática, eles ressaltaram alguns aspectos relevantes. De acordo com a profissional do NEI, nas cidades onde se localizam as unidades da UA, embora não atuem diretamente no governo municipal, é possível encontrar ações pontuais do município, sobretudo pela secretaria de educação que é o órgão com o qual tem mais contato. Já no município da UB, a profissional do NAI afirma que considera que não há preocupação por parte do poder público do município com o bem estar dos portadores de deficiência.

Pedro, Lucas e Francisco, discentes portadores de deficiência, também enfatizaram a ausência de conhecimento de ações desse tipo e falta de preocupação das pessoas que não têm deficiência. Como colocado por eles, existem algumas poucas iniciativas, mas todas

---

<sup>4</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Ouro Preto, em 30/06/2015.

<sup>5</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Ouro Preto, em 09/07/2015.

<sup>6</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Ouro Preto, em 07/07/2015.

lideradas por indivíduos com deficiência e, assim mesmo, as ações ainda são fracas, uma vez que existem pessoas com deficiência que nem mesmo conseguem sair de casa nas cidades.

O NEI participa de ações extensionistas nas escolas e secretarias de educação que trabalham diretamente com a inclusão das crianças e adolescentes com deficiência, além de cursos e palestras para formação de professores. Contudo, há movimentações por parte da sociedade civil como, por exemplo, a criação da Associação de Surdos e de Acessibilidade. Ademais, os estudantes que são atendidos pelo NEI apresentam algumas dificuldades enfrentadas nas cidades onde se localiza a UA e, diante desses relatos, a entrevistada conclui que ainda há muito a ser feito pelo poder público, sobretudo nas questões de acessibilidade física:

Alunos cegos e deficientes físicos apresentam que o deslocamento nessas cidades é comprometido pela própria característica histórica. No entanto, reconhecemos que o poder público pode buscar alternativas que minimizem os obstáculos encontrados por essas pessoas como, por exemplo, sinais de trânsito que facilitam a travessia; rampas e pisos táteis corretamente instalados; faixas de pedestres que estejam de acordo com as normas da ABNT de acessibilidade; transporte público que respeite as exigências legais e sejam acessíveis; etc. No entanto, pelas demandas apresentadas pelos alunos, é possível observar que as ações realizadas pelas prefeituras são tímidas e precisam ser ampliadas, visto os grandes obstáculos que as pessoas com deficiência enfrentam diariamente. (Funcionária do NEI).<sup>7</sup>

Enveredando por essa senda, insta asseverar que as cidades onde se localiza a UA têm topografia acidentada – uma vez que possuem vielas estreitas, ladeiras íngremes e calçamento histórico irregular – sendo esse um aspecto capaz de dificultar a acessibilidade das pessoas com deficiência da região. Ademais, locais importantes dessas cidades, que são tombadas como “Patrimônio Cultural da Humanidade”, não contam com adaptação adequada para o perfeito atendimento a esse público. A cidade possui apenas um dos poucos prédios públicos que ruma no sentido contrário e abriga um elevador em funcionamento.

<sup>7</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Ouro Preto, em 09/07/2015.

Contudo, em face das respostas, é possível observar que o NEI e o NAI realizam acompanhamento constante dos alunos e funcionários com necessidades especiais. As demandas apresentadas por esses, assim como as dificuldades encontradas na trajetória acadêmica ou profissional, são reconhecidas e as ações igualmente tomadas para sanar ou minimizar as dificuldades. Esse aspecto é colocado pelo ex-aluno da UA como exemplar, “as pessoas que cuidam dessa área são muito preocupadas, não só com o aluno ter o material necessário, mas também e, até mais, com o fato de que ele precisa viver bem aqui”. (Informação verbal).<sup>8</sup>

#### *4.1.3 Percepção de professores, alunos e técnicos administrativos não portadores de deficiência sobre essa temática nas instituições*

Os comportamentos sociais evidenciam conflitos com algumas políticas instituídas por meio do Núcleo de Educação Inclusiva (NEI), sendo pertinente ressaltar um dos elementos analisados pelos questionários que retratam a ambiguidade entre práticas e planejamentos para a gestão da diversidade no ambiente organizacional. O primeiro aspecto observado diz respeito ao contato e relacionamento com pessoas com deficiência. Tanto em relação aos sujeitos entrevistados na UA, quanto aos alunos que participaram da pesquisa, 42% relataram que já conviveram com colegas de turma portadores de deficiência. No que tange aos professores, 27% dos respondentes do questionário vivenciaram a experiência de lecionar para alunos com deficiência. E quanto aos servidores, 38% alegam conviver com portadores de deficiência no ambiente de trabalho. Já na UB, 58% dos alunos, 67% dos docentes e todos servidores afirmam convivência com pessoas com algum tipo de deficiência.

Convém sublinhar que a pequena amostra utilizada nessa pesquisa demonstra que, apesar da existência de políticas e resoluções voltadas para a inserção de pessoas com deficiência no ambiente organizacional, essas políticas podem ser consideradas tímidas com relação à inclusão de alunos portadores de deficiência na universidade em questão. Essa observação pode ser também comprovada pelos dados fornecidos pelos núcleos. De acordo com o NEI, em um universo de aproximadamente 8.500 alunos, apenas 66 desses são

<sup>8</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Ouro Preto, em 07/07/2015.

pessoas com deficiência. Conforme dados do NAI, a UB conta com aproximadamente 48.000 alunos envolvendo todas as modalidades de ensino, porém apenas 330 são portadores de deficiência. No entanto, é plausível mencionar que outras questões no ambiente externo à universidade podem contribuir para a constituição desse panorama.

Possivelmente, o pequeno grupo de alunos portadores de deficiência no ambiente da UA e da UB (enquanto organizações) pode representar um componente capaz de contribuir para o comportamento social que envolve uma sensação de desconforto por parte do corpo docente. Entende-se que, como a universidade é composta em sua maioria por um grupo de alunos aparentemente homogêneo, a forma de lidar com a integração de alunos portadores de deficiência pode envolver falta de conforto por parte dos professores com essa prática. Isso envolve aspectos como o medo diante do diferente, representado na presente pesquisa por aproximadamente 45% dos docentes que declararam sentirem-se desconfortáveis para lecionar para pessoas com deficiência auditiva, 41% para pessoas com deficiência visual e 4,5% para pessoas com deficiência física na UA. Por sua vez, na UB 24% dos docentes afirmaram sentirem-se desconfortáveis para lecionar para pessoas com deficiência auditiva, 38% para pessoas com deficiência visual e 9,5% para pessoas com deficiência física. Quanto aos técnicos, a sensação de desconforto parece mais suave, sendo que dos entrevistados da UA apenas um servidor alegou desconforto em ter no seu ambiente de trabalho pessoas com deficiência visual ou física. Na UB, 28,5% dos técnicos revelaram-se desconfortáveis no caso de trabalharem com pessoas com deficiência auditiva, 43% com indivíduos com deficiência visual e nenhum técnico apontou desconforto no caso de trabalhar com alguém com deficiência física.

O receio por relacionar-se com o diferente influencia outros comportamentos sociais, como a tentativa de ignorar certas características das pessoas com deficiência esperando que tal atitude represente um caminho capaz de contribuir e/ou facilitar o relacionamento com esses indivíduos na organização. De encontro a tais dados, verifica-se que 83% dos alunos que participaram da pesquisa consideram que agir com colegas portadores de deficiência como se eles não apresentassem essa característica, representa um bom canal para facilitar o relacionamento. Os docentes envolvidos

nessa pesquisa também compartilham dessa percepção, pois 77% dos entrevistados consideram que essa atitude pode ser a mais adequada na UA, sendo que na UB esse percentual chega a 48%. Já os técnicos da UA e da UB apresentam visão diferenciada, uma vez que apenas 37% e 42%, respectivamente, acreditam que devem ignorar a deficiência dessas pessoas para facilitar o relacionamento. Outros comportamentos sociais potencialmente suscitados pelo medo em lidar com o diferente dizem respeito a certos estereótipos que são, algumas vezes, relacionados às pessoas com deficiência. Alguns rótulos tendem a atribuir a essas pessoas graus de dificuldades maiores do que aqueles apresentados pelo grupo de alunos aparentemente homogêneos.

Destarte, em alguns casos essas pessoas são subestimadas. Isso pode ser aludido quando os professores que compõem a amostra desta pesquisa, 55% na UA e 63% na UB, mencionam expectativas relativas à dificuldade de desenvolvimento nas disciplinas com maior carga horária para alunos portadores de deficiência. Enquanto, em relação aos alunos respondentes, 75% na UA e 81% na UB, consideram que pessoas com deficiência apresentariam dificuldades em acompanhar as disciplinas dos cursos ofertados nessas instituições. O que destoa das proposições de que é cada vez mais necessário que professores busquem e encontrem estratégias, técnicas e políticas para formular avaliações aos alunos para os quais os instrumentos de avaliação tradicionais em voga não estão sendo eficazes. (RUSSELL; KAVANAUGH, 2011).

Em controvérsia ao rótulo que tende a subestimar a capacidade das pessoas com deficiência, um estereótipo atribuído a esse grupo de pessoas tende a superestimar a capacidade desses indivíduos. Geralmente isso ocorre porque preconceitos sociais atribuem a essas pessoas o clichê de indivíduos capazes de transpor barreiras. A superestimação dos alunos portadores de deficiência pode ser observada, tanto nas declarações de docentes quanto na de discentes, os quais 64% e 79%, respectivamente na UA e 69% e 75%, respectivamente na UB, consideram que esses alunos tendem a se destacar por um desempenho superior em relação aos demais de uma classe. No que concerne a esse aspecto da superestimação, Almeida (2005) faz importante advertência:

[...] a preocupação com a formação do sujeito crítico e consciente de seu processo histórico e cultural é base necessária para a formação acadêmica e, a partir dessa formação, construir um novo projeto social, no qual a compreensão do sujeito com necessidades especiais seja incorporada como reconhecimento de suas capacidades e não de suas dificuldades. (ALMEIDA, 2005, p.14).

Ademais, pode-se constatar que o comportamento social geralmente é permeado por diversas perspectivas preconceituosas. Em muitos casos os indivíduos que integram grupos, em certos aspectos homogêneos, não são capazes de perceber que determinados planejamentos e práticas contribuem para exacerbar o tratamento desigual e estimular “eugenias”. Essas perspectivas preconceituosas são observadas nesta pesquisa, quando o conceito de integrar os alunos portadores de deficiência é confundido com a inserção de classes e espaços especiais destinados quase que exclusivamente a esses alunos.

Nesse prisma de análise, percebe-se que 86% dos professores e 83% dos alunos consideram que o modelo que estimula a inclusão de alunos portadores de deficiência em salas de aula regulares é falho no caso da UA e 58% dos professores e 77% dos alunos da UB. Essa análise pode ser relacionada à questão supracitada que retrata de certo modo um distanciamento ou, até mesmo, uma visão mais ampla que considera a importância de práticas e planejamentos efetivos que, além de incluir pessoas com deficiência, sejam capazes de promover sua integração aos ambientes organizacionais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo ora em apreço apresenta uma das diversas nuances que envolvem a gestão das relações nos ambientes organizacionais, diante da diversidade inerente aos indivíduos que as compõem e com as quais se relacionam. A discussão desenvolvida objetivou contemplar a questão da diversidade sob a perspectiva de análise da integração de pessoas com deficiência no ambiente organizacional de duas instituições públicas de ensino superior.

As principais considerações relativas ao objetivo do trabalho apontam para divergências entre as discussões, políticas e normati-

zações existentes nas cidades onde se localizam tais universidades, no âmbito da UB e UA e nos respectivos municípios. Os dados coletados por meio de análises documentais, entrevistas semiestruturadas e questionários estruturados com alguns atores desses ambientes retratam a divergência entre práticas e planejamentos organizacionais e a realidade vigente.

Essa discrepância entre práticas, políticas e normatizações existentes reforça a importância da manutenção de canais ativos para discussão e gestão da diversidade no ambiente organizacional das instituições de ensino superior envolvidas nessa pesquisa. Destarte, esses canais irão representar instâncias promotoras de integração de pessoas com deficiência no âmbito dessas universidades, e não simplesmente instâncias a estruturar configurações destinadas à inserção, sem o devido apreço ao movimento fundamental no aspecto da diversidade no sentido de integração.

A importância da gestão de diversidade no ambiente organizacional das instituições de ensino superior é expressa de forma clara nesta pesquisa quando se retrata o cenário das universidades sobre a temática, pois um dos principais dificultadores para a integração constante dos portadores de deficiência são as barreiras de acessibilidade, questão reforçada dentro e fora dos ambientes organizacionais. Ainda em relação à representatividade da gestão de diversidade em organizações como as envolvidas nesta pesquisa, ações e políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência devem primar pela eliminação ou redução de barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas, de comunicação e de acesso à informação no contexto organizacional.

A gestão de diversidade no ambiente organizacional sofre influência direta da percepção dos atores envolvidos, em especial dos não portadores de deficiência sobre essa temática nas instituições. Por meio da pesquisa foi possível constatar que o comportamento social geralmente é permeado por diversas perspectivas preconceituosas – em muitos casos os indivíduos que integram grupos, em certos aspectos homogêneos, não são capazes de perceber que determinados planejamentos e práticas contribuem para exacerbar o tratamento desigual e estimular “eugenias”. Essas perspectivas preconceituosas são observadas na pesquisa, quando o conceito de

integrar os alunos portadores de deficiência é confundido com a inserção de classes e espaços especiais destinados quase que exclusivamente a esses alunos.

A presente pesquisa evidencia que o processo de incluir e integrar portadores de deficiência nas universidades é constante e jamais finalizado, devendo ser algo construído e constantemente enfrentado de forma coletiva em prol do respeito às diferenças. Somente assim as universidades podem transcender a mera função de *locus* do conhecimento, de voltar-se para a produção científica e formação de capital humano, passando a ser considerado um ambiente repleto de pluralidade, diversidade, respeito e igualdade, principalmente de acesso e continuidade ao longo do curso de indivíduos com necessidades educacionais especiais.

## REFERÊNCIAS

- ALBINO, I. B. **Acesso e permanência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte sob o ponto de vista do docente e do estudante com deficiência**. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.
- ALCOBA, S.A.C. A inclusão de alunos com deficiência na Universidade: o desafio pedagógico. In: V Seminário de Educação “Sociedade Inclusiva”. **Anais...** Belo Horizonte: Puc Minas, 2008.
- ALMEIDA, C. E. M. **Universidade, educação especial e formação de professores**. Caxambu: Anped, 2005.
- ALVES, M. A.; GALEÃO-SILVA, L. G. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 20-29, 2004.
- AMARAL, W. G. do. **Em busca da inclusão em uma instituição de ensino superior com o mouse ocular**. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008.
- ANSAY, N. N. **A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no ensino superior**. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.
- ARANHA, M. S. F. **Educação Inclusiva**. A fundamentação filosófica. Coordenação geral: SEESP/MEC, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- BALBINO, E. S. **A inclusão de uma aluna com deficiência visual na Universidade Estadual de Alagoas: um estudo de caso**. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Como as empresas podem e devem valorizar a diversidade**. São Paulo: Instituto Ethos, 2000.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BODGAN, R. C. e BIKLEN, S. K. **Qualitative Research for Education: An introduction to Theories and Methods** (4th ed.). New York: Pearson Education group, 2003.

BORGES, M. A. **A inclusão de alunos com deficiência em cursos presenciais de graduação da Universidade de Juiz de Fora**. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Presidente Prudente, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994a.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Tailândia, 1990.

BRASIL. **Decreto n. 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Brasília: Presidência da República, 1999a.

BRASIL. **Decreto n. 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis N° 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2004. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2015.

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.436, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 dez. 2005.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 dez. 1996a.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Ministerial n. 1.679/99. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade à pessoa portadora de deficiência para instruir processos de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamentos de instituições. Brasília, 1999b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1\\_1679.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf). Acesso em: 29 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação/Gabinete do Ministro (GM). **Aviso Circular nº 277**. Brasília: MEC/GM, 1996b.

BRASIL. Resolução CNE/CEB N° 2, de 11 de Setembro de 2001: Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Brasília:, 2001. Acesso em: 28 jun. 2015.

BRASIL. Portaria Ministerial n. 1.793/94. Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências. Brasília, 1994b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

BRITO, J.; ZEPPONE, R. M. O. Mapeamento de Teses e Dissertações sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior no Brasil. In: Encontro da Associação Brasileira

de Pesquisadores em Educação Especial, 8, 2013, Londrina, **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013.

CARVALHO-FREITAS, M. N. A inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras. 2007. 314f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2007.

CARVALHO-FREITAS, M. N. Inserção e gestão do trabalho de pessoas com deficiência: um estudo de caso. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, Edição especial, Curitiba, v. 13, p. 121-138, 2009.

CAULKINS, D.; HYATT, S. B. Using consensus analysis to measure cultural diversity in organizations and social movements. **Field Methods**, v. 11, n. 1, p. 5-26, 1999.

CECHINEL, L. C. **Inclusão do Aluno Surdo no Ensino Superior: um estudo do uso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de acesso ao conhecimento científico**. 2005. 95 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação em ... [FAVOR COMPLETAR], 2005.

CHACON, M. C. M. **Formação de recursos humanos em educação especial: respostas das universidades à recomendação da portaria ministerial nº 1.793**, de 27 de dezembro de 1994. 2001. ??f. [COMPLETAR COM NÚMERO DE FOLHAS]. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2001.

CRUZ, R. L. **Inclusão no ensino superior: uma estudo das representações sócias dos acadêmicos com deficiência visual da UFPB**. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Paraíba/ João Pessoa, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012.

DUARTE, E. R. **A inclusão de pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior e nos cursos de Educação Física de Juiz de Fora pede passagem. E agora?** 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2009.

EISENHARDT, K. M. "Building theories from case study research." **Academy of management review**. v. 14. n. 4, p. 532-550, 1989.

HaiduKE, I. F. **Inclusão de acadêmicos com necessidades especiais na universidade: a influência do GT – AUNE no acesso ao ensino aprendizagem**. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006.

IRIGARAY, H. A .R.; FREITAS, M. E. Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 18, n. 59, p. 625-641, 2011.

JANNUZZI, G. Por uma Lei de Diretrizes e Bases que propicie a educação escolar aos intitulados deficientes mentais. **Cadernos Cedes**, v. 23, Educação Especial, São Paulo: Cortez, p. 17-27, 1989.

LANCILLOTTI, S. S. P. **Deficiência e trabalho: redimensionando o singular no contexto universal**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

MAGALHÃES, R. B. P.; FERREIRA, F. A. B.; LESSA, J. P. L.; SILVA, M. C. Perfil do pedagogo e os desafios da educação inclusiva: a perspectiva de gestores de um curso de Pedagogia. In:

Congresso Brasileiro de Educação Especial, 3, São Carlos, **Anais...** São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, 2008.

MANZINI, E. J. et al. Acessibilidade em ambiente Universitário: identificação e quantificação de barreiras arquitetônicas. In: MARQUEZINI, M. C. et al. (Org.). **Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais**. Londrina: UEL, 2003, p. 185-192.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação do portador de deficiência no novo milênio: dilemas e perspectivas, In: SILVA, S.; VIZIM, M. (Org.). **Políticas públicas: educação, tecnologia e pessoas com deficiência**. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003b, p. 37-47.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003a.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1992.

MOREIRA, L.C.; BOLSANELLO, M.A. e SEGER, R.G. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 125-143, jul./set, Editora UFPR, 2011.

NOGUEIRA, L. de F. Z. **Inclusão de deficientes no ensino superior: o trabalho docente frente ao processo de inclusão**. 2010. 91 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Sorocaba, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA (NEI). **Objetivos do NEI**. 11 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.nei.UA.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA (NEI). **Ações futuras**. 04 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.nei.UA.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

OLIVEIRA, J. D. B. de. **Concepções de deficiência: um estudo das representações dos professores de educação física do ensino superior**. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006.

OMOTE, S. Perspectivas para conceituação de deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v.2, n.4, p. 127-135, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **CIF: classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde**. São Paulo: Edusp; 2003.

PAGLIUCA L. M. F. et al. Acessibilidade e deficiência física: identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Ceará. **Revista da Escola de Enfermagem**, v. 41, n. 4, p. 581-588, 2007.

PERINI, T. I. **O processo de inclusão no ensino superior em Goiás: a visão dos excluídos**. 2005. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2005.

RODRIGUES, D. A. Inclusão na Universidade: Limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva. **Revista Educação Especial**, n. 23, 2004. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/01/a1.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

RUSSELL, Michael; KAVANAUGH, Maureen. **Assessing Students in the Margin: Challenges, Strategies, and Techniques**. Charlotte, NC: Information Age Pub., 2011.

SANTOS, A. S. **Inclusão de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior da cidade do Natal/RN: análise das condições oferecidas no processo seletivo vestibular**. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012.

SHORE, L. M. et al. Diversity in organizations: Where are we now and where are we going?. **Human Resource Management Review**, v. 19, n. 2, p. 117-133, 2009.

SIMIONATO, M. A. W. **Sobre a inclusão – exclusão e as relações familiares de universitários com deficiência**. 2006. 74 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006.

THOMAS, K. M.; PLAUT, V. C. **The many faces of diversity resistance in the workplace**. Diversity resistance in organizations, Psychology Press, 2008.

TRINDADE, José Damião de Lima. Anotações sobre a história social dos direitos humanos. In: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. **Direitos humanos: construção da liberdade e da igualdade**. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 1998. p. 23-163.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em: 20-7-2015

Aprovado em: 20.5.2016

Avaliado pelo sistema double blind review.

Editor: Elmo Tambosi Filho

Disponível em <http://mjs.metodista.br/index.php/roc>